



XII MOSTRA DE CIÊNCIAS E DO CONHECIMENTO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ADEQUAÇÃO DA ROTULAGEM DE ALERGÊNICOS EM ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DO PRODUTOR RURAL “AGRISAP” NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA-RS

Beatriz dos Santos (estudante autor)

Kessiane Silva de Moraes (professora orientadora - FURG)

Escola Estadual de Ensino Fundamental Arroio do Carvalho

Resumo

A embalagem e o rótulo dos alimentos representam o primeiro contato do consumidor com o produto podendo interferir de forma relevante na decisão de compra. A rotulagem tem por objetivo informar, com fidelidade, o conteúdo nutricional do produto. A falta de informações nos rótulos pode representar um risco para a saúde dos consumidores, principalmente de pessoas com restrições alimentares. Porém, pesquisadores e consumidores têm observado irregularidades na rotulagem nutricional dos alimentos. Muitas indústrias ou agroindústrias alimentícias, por carência de informações, elaboram rótulos equivocados que podem confundir o consumidor. Acredita-se que a fiscalização ineficiente pode favorecer o descumprimento das normas estabelecidas para a rotulagem de alimentos no Brasil. Assim, o presente trabalho teve como objetivo avaliar os rótulos de alimentos comercializados na feira do produtor rural “AgriSAP” com base nos critérios estabelecidos pela legislação brasileira para alimentos causadores de alergias alimentares. Foi realizado um estudo observacional transversal, no período de novembro de 2019 a outubro de 2020. Foram selecionados 19 rótulos de alimentos provenientes da feira “AgriSAP” da cidade de Santo Antônio da Patrulha/RS, pertencentes a diferentes categorias de alimentos: ovos, pescado, iogurte, doce de leite, queijo, arroz, mel, cuscuz torrado, rapadura, melado, açúcar mascavo, amendoim doce, marmelada, bala de banana, geleias, doces de frutas em calda e cristalizadas. O registro fotográfico dos rótulos foi realizado no mês de agosto de 2020 utilizando-se a câmera digital de um *smartphone*. Para avaliação dos rótulos foi elaborada uma lista de verificação de itens com base na legislação brasileira para alimentos alergênicos (RDC nº 26/2015). A lista contemplava

um total de 11 itens de avaliação e foi preenchida com as denominações conforme, não conforme e não se aplica. Os resultados gerados foram expressos como frequências e percentuais com a criação de planilhas utilizando o software Excel 2013. Dos 19 rótulos de produtos analisados, 11 (57,9%) não apresentavam substâncias alergênicas na sua composição, e nestes casos, a RDC 26/2015 não foi aplicada na análise de rotulagem destes alimentos. Dentre os alimentos analisados neste estudo, 8 rótulos (42,1%) possuíam alérgenos alimentares em sua composição e foram analisados através da lista de verificação de itens baseada na legislação para alergênicos. Destes, 2 rótulos (10,5%) apresentaram uma ou mais “não conformidades” para os itens previstos no regulamento técnico de alimentos causadores de alergias alimentares, caracterizando infração sanitária pelo descumprimento das normas vigentes. Ao término do estudo foi possível constatar a presença de irregularidades conforme os itens normativos avaliados nos rótulos. Tais irregularidades podem levar o consumidor à ingestão de um produto inadequado à sua dieta, sobretudo para pessoas com restrições alimentares, além de ferir a relação de confiança estabelecida entre o fabricante/marca e o consumidor, que é de suma importância no âmbito da agricultura familiar. Contudo, a execução deste trabalho demonstra a necessidade da constante fiscalização da rotulagem de alimentos no Brasil e da correta adequação do setor produtivo às normatizações, com o propósito de garantir ao consumidor clareza nas informações descritas nos rótulos e prevenção do dano à saúde da população.

Palavras-chave: agroindústria familiar, alérgenos, legislação, produto artesanal, rótulos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá outras Providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 123, de 19 de junho de 2001. Aprova o Regulamento Técnico sobre Embalagens e Equipamentos Elastoméricos em Contato com Alimentos. Diário Oficial da União; Poder Executivo, 2001.

BRASIL. Lei nº 10674, de 16 de maio de 2003. Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação às indústrias de Alimentos - 2º Versão. Universidade de Brasília, Brasília, 2005. 44p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução [RDC nº 26, de 2 de julho de 2015](#). *Dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BOYCE, J. A.; AMAL, A.; BURKS, A. W.; JONES, S. M.; SAMPSON, H. A.; WOOD, R. A. et al. Guidelines for the diagnosis and management of food allergy in the United States: report of the NIAID-sponsored expert panel. **J. Allergy Clin. Immunol.** v. 126, n. 6, 2010.

CÂMARA, M. C. C. C.; MARINHO, C. L. C.; GUILAM, M. C.; BRAGA, A. M. C. B. A produção acadêmica sobre a rotulagem de alimentos no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública.** v. 23, n. 1, p. 52–58, 2008.

NASCIMENTO, B. P.; ADRIANO, L. S.; CARIOCA, A. A. F.; MACHADO, T. J. S. Adequação da rotulagem de alergênicos em alimentos para atletas. **DEMETRA.** v.14: e37247, p. 1-15, 2019.

OLIVEIRA, A. R. V.; PIRES T. O.; NASCIMENTO, L. P. C.; GONÇALVES, J. E. M.; NOGUEIRA, A. T. B.; ROLIM, L. B. F. Alergia alimentar: prevalência através de estudos epidemiológicos. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança.** v. 6, n. 1, 2018.

SICHERER, S. H. Food Allergy. **Mount Sinai Journal of Medicine.** v. 78, n. 5, p. 683-696, 2011.

SOLÉ, D.; SILVA, L. R.; ROSÁRIO FILHO, N. A.; SARNI, R. O. S. Consenso Brasileiro de Alergia Alimentar 2007. **Rev. Bras. Alergia Imuno Patol.** v. 31, n. 2, p. 65-89, 2008.

SOLÉ, D.; SILVA, L. R.; COCCO, R. R. et al. Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018 - Parte 1 - Etiopatogenia, clínica e diagnóstico. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia. **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia.** v. 2, nº. 1, 2018.